

---

## Perspectivas do Profissional da Informação para o Século XXI

*Heloísa Liberalli Bellotto\**

O profissional da informação tem sido definido como aquele capaz de conseguir a informação certa da fonte certa para o usuário certo no tempo certo e da forma a mais adequada para o uso pretendido e a um custo justificado (Richard O. Mason, 1990). Segundo o meio institucional e a especificidade do documento de que se ocupa, este profissional pode ser um bibliotecário, um arquivista, um analista de sistemas, um técnico de organização e métodos ou um museólogo. Ora, toda esta gama de profissionais é afetada, hoje, por transformações profundas, tanto quanto aos seus objetos de trabalho como, mesmo, em seus objetivos profissionais, atingidos por novas metodologias e novos perfis.

O impacto da tecnologia da informação tem acarretado, principalmente nas últimas décadas, não só para aqueles profissionais, mas, na verdade, para todas as diferentes áreas do saber e do fazer humanos, significativos progressos, possibilidades ilimitadas de expansão, de trocas, de inter-relacionamentos, de fluidez de percurso e de eficácia de atuação que, ao mesmo tempo que tanto as beneficia é também objeto de perplexidade para com o futuro: que impasses nos aguardam adiante? Será que contamos - e, sobretudo, será que contaremos - com instrumentos adequados para acompanhar essa marcha que, inexoravelmente, não nos dá tempo de nos voltarmos para trás para reexaminar algum detalhe esquecido, algum desacerto a rever, alguma dúvida a repensar?

A velocidade com que surgem novas metodologias e formas de armazenar, utilizar e disseminar informação é a mesma velocidade com que

---

\*Prof. e Coordenadora do Curso de Especialização em Organização de Arquivos da USP-SP.

os equipamentos se tornam obsoletos; a mesma velocidade com que privacidades são invadidas, com que reservas e sigilos e restrições são revelados, a mesma velocidade com que surgem ou desaparecem rotas de informação. Estas perspectivas são fascinantes, instigantes e atraentes, tanto quanto preocupantes, alijantes e complicadoras, principalmente, para as áreas profissionais onde a presença da informática é mais impactante, mais cambiante e mais inovadora, isto é, as profissões que lida, com a informação registrada, sua organização e disseminação, a arquivística, entre elas.

Exige-se uma certa adaptação/aprendizado, uma certa especialização mesmo a todos os profissionais da informação. O que vem acontecendo é que muitos destes profissionais levam adiante suas tarefas - até corretamente - mas sem muitas considerações de ordem científica, sem levar em conta a especificidade de seus respectivos campos de atuação. Estamos criando um campo híbrido profissional formado pela arquivística, as ciências da informação e a informática? A este campo híbrido não será preferível uma inter-cooperação, sem que se percam as respectivas autonomias? (Cséve & Zoltá, 1992).

Esta é a grande discussão em toda a comunidade arquivística internacional abordada nos seus últimos congressos. O décimo, realizado em 1984, em Bonn, teve como tema central o desafio que se apresenta aos arquivos diante da dualidade entre a enorme tarefa e responsabilidade crescente que lhes cabe e, de outro lado, a escassez de recursos com que tem contato em todos os países, sobretudo diante das novas tecnologias. Este foi precisamente o tema do congresso seguinte, que se deu em Paris em 1988 tratou do impacto destas tecnologias sobre os arquivos. Discutiu-se este impacto tanto enquanto dinamização dos instrumentos de recuperação da informação, quanto sob o enfoque dos novos suportes documentais: fitas magnéticas, disquetes, discos óticos, etc. A grande discussão patenteou-se principalmente em como preparar o ensino e o treinamento de profissionais no uso da informática arquivística. Este acabou sendo o tema central do último congresso, em Montreal em 1992 e que era: "A profissão do arquivista na era da informação". A epígrafe de seu Progra-

ma afirmava: "A sociedade moderna acha-se profundamente modificada pela era da informação e a profissão do arquivista não escapa a seus reflexos nas questões mais fundamentais. Com efeito, os arquivistas devem agora reforçar seu papel dentro dos sistemas que a sociedade cria para gerenciar a massa crescente de informações, seja nos organismos públicos, seja nas empresas. Eles, os arquivistas, devem encontrar meios de se integrarem melhor a este mundo em rápida evolução".

Ora, supondo-se que realmente esta adaptação é indispensável e inadiável como realizá-la a contendo? desde logo, partindo do princípio que não se vai, nem em uma mínima quota, perder a identidade e o perfil próprio (já que nos custou muito chegar a esta autonomia consolidada), o que os arquivistas pretendem discutir é o como assegurar nossas especificidades e não nos perguntarmos ainda quais são elas.

A informática, entendida como a "técnica que permite a produção e o tratamento acelerado da informação por meio de operações eletrônicas e mecânicas" (Couture, 1987), tem, hoje, nos arquivos marcada presença. As tecnologias eletrônicas da informação aumentaram muito a capacidade da sociedade de gerar, reunir, recuperar e examinar dados, trazendo a vantagem do acesso da informação à distância e a vantagem de nos ajudar a eliminar dados/informações redundantes, supérfluas, irrelevantes (Duranti, c.1994).

A informática marca sua presença nos arquivos, de um lado, na aplicação seja na recuperação e disseminação da informação, nos registros de entrada/protocolo, na montagem e gerenciamento dos planos de classificação, nas tabelas de temporalidade e no cumprimento de suas determinações, no controle das transferências e dos recolhimentos - tudo isso relativamente aos documentos tradicionais (gênero textual, suporte papel, outros gêneros e suportes exceto os eletrônicos); de outro lado, no armazenamento, processamento e disseminação da informação dos documentos propriamente eletrônicos (em unidades físicas ou em sistemas virtuais).

O desafio que encontramos, no limiar do século XXI, é justamente este de nos depararmos com o documento tradicional e com o documento eletrônico no nosso dia-dia de arquivistas, reconhecendo que este último não tem propriamente existência física, a não ser que dele se faça uma versão impressa (Gracy II, 1995). Ainda um disquete ou um disco ótico tem uma presença física, mesmo que só sejam legíveis por máquina. Porém um registro constante de um banco de dados é inconsistente... Como ficamos com o conceito de original? E os critérios de avaliação/eliminação como ficam? "Os arquivos vão passar a ser muito em breve conjuntos de documentos organicamente acumulados por uma entidade existente não mais em depósitos centralizados de documentos fisicamente constituídos, mas sim, serão muito mais centros de referência/bancos de dados para nos conduzir à localização de vários computadores onde documentos de valor permanente estejam estocados (Idem).

Nestas condições e para que não se perca da essência das acumulações arquivísticas que é justamente a sua organicidade aliada à sua proveniência é que o arquivista do arquivo permanente, neste caso, antes muito mais centrado na custódia, expandiu-se para abranger o processo documental todo (o ciclo vital) e, neste, o conhecimento da gênese documental é pré-requisito.

"A tecnologia da informação induz o arquivista a reinterpretar o princípio da proveniência, transformando-o em um paradigma metodológico que passe a focalizar uma ordem intelectual em vez de uma ordem física" (Thomassen, 1995). O papel do arquivista, e aqui é referido o arquivista que se ocupa de arquivos permanentes - era antes, mais que tudo, centrado na custódia; entretanto, é imprescindível que ele se expanda para trás, acompanhando todo o processo documental até atingir o que é essencial no labor arquivístico - o conhecimento da gênese do documento (Idem).

Mais do que ficar parado no fim do fluxo do documento, no ponto extremo do ciclo vital, o arquivista do mundo eletrônico (e na verdade não só ele) deve estar atento a todos os vários pontos do percurso (Gracy

II, 1995). Só assim o trabalho de arranjo e descrição serão realmente realizados a contento. Aí reside a especificidade do tratamento documental em arquivo e que tanto o diferencia dos demais na ciência da informação: nenhum documento será tratado como isolado, pontual, circunstancial e sempre ligado a uma enorme cadeia de informações organicamente estruturadas e advindas das competências das entidades no funcionamento das quais aquele documento foi gerado/recebido/acumulado.

Os novos documentos exigem conhecimento, competência, métodos e meios de produção, utilização e conservação física especiais sobre os quais os arquivistas devem estar instruídos, mesmo porque é de um vertiginoso crescimento as possibilidades da eletrônica nas áreas documentais de toda espécie. "No passado (recente) acreditava-se que a grande utilidade da automação para os arquivistas (principalmente nos arquivos intermediários e permanentes) seria fundamentalmente no sentido da recuperação da informação para os pesquisadores. A prática, no entanto, vem demonstrando que o computador lhe serve, em primeiro lugar, para controlar e processar as massas consideráveis da informação que necessita processar para organizar e manejar adequadamente os fundos arquivísticos pelos quais é responsável..." (Swift, 1984). Aliás, outro grande valor dos sistemas informáticos para os historiadores é terem rapidamente à mão informações complementares advindas de fundos custodiados nas mais diversas localidades.

O documento informático tem como vantagem a densidade máxima de informação em um mínimo de suporte do qual a mensagem, naturalmente, terá que passar por reconstrução legível por máquina para ser entendida. Entretanto, dentro da peculiaridade do documento arquivístico, os especialistas chamam a atenção para o fato que todo o processamento que se dê à informação arquivística não pode se afastar dos princípios teóricos básicos da arquivística refletindo sempre o princípio da proveniência e a organicidade na ordenação interna dos fundos (Romero Tallafigo, 1994). Isto, mesmo em se admitindo a já não centralização material e formal dos documentos, tal como se apresentavam anteriormente na forma

tradicional da organização arquivística. Naquela, campeava o suporte papel, a informação formalmente padronizada e a obediência estrita ao princípio da proveniência. Ora, a informática vem mudar sensivelmente estas "verdades" porque separa a informação do suporte reconhecível, já que este é um "sistema informático". Trata-se, portanto, de "documentos virtuais" (Carucci, 1994). Seu valor jurídico está em pauta de discussão nos vários países, inclusive, no Brasil, circula no Congresso Nacional o Projeto de Lei que dispõe sobre a validade jurídica dos documentos eletrônicos.

Preservamos documentos por causa de sua capacidade de servir como prova (evidência) ou como testemunho (informação). Ora, neste sentido, os arquivistas tem bem claro o quanto é preciso localizar de imediato nos seus documentos a sua procedência e a estrutura, funções e atividades do produtor nele refletidas. No entanto, ainda estamos inconsistentes quanto a evidência destes elementos nos documentos informáticos. Questões como a imparcialidade, a fidedignidade, a autenticidade, a natureza, a unicidade, as interações orgânicas são atualmente facilmente detectáveis nos sistemas eletrônicos? Problemas jurídicos tem surgido em vários países em torno deste problema. (O fato ocorrido nos Estados Unidos em 1993 quando foram eliminadas informações dos governos Reagan e Bush alegando-se que não se tratava de documentos e sim de sistemas eletrônicos de comunicação tem suscitado muitas discussões no meio arquivístico e jurídico) (Duranti, c.1994). Faz pensar, justamente, sobre a avaliação, tal como arquivisticamente pensada, dos sistemas eletrônicos no sentido de quais os dados que são "documentos" (no sentido da permanência e da evidência) e os que não o são (Idem).

Se só a definição de arquivo não basta para identificar material arquivístico nos sistemas eletrônicos, do que necessitamos? (É a quase dramática pergunta que se faz e nos faz Luciana Duranti). Critérios como lugar de custódia, natureza, autor, idade, usos, forma, nada disso nos ajudaria porque não se explicita a proveniência. O que pode realmente vir em nosso auxílio é a evidência da estrutura (já que um documento é evidência escrita, redigida segundo fórmulas determinadas - estrutura que pode vari-

ar dependendo do período, pessoa e natureza jurídica dos fatos (só que, no caso, devidamente e indissolúvel e organicamente amarrados entre si). Claro que sendo esta definição um conceito diplomático não contempla duas entidades arquivísticas: 1. os conjuntos em sua organicidade; 2. ficam de fora os documentos não jurídicos. (Duranti, c.1994).

Documentos eletrônicos são estocados seqüentemente e seu relacionamento mantêm-se na informação que está por trás. Quem desenha o sistema cria formas documentais e suas rotas identificando-as com as categorias, procedência, estrutura, etc. O importante é saber reconhecer realmente o core da informação de caráter permanente, isolando-o dos dados a serem eliminados.

Só que isto pode evidenciar-se na menção, nos níveis de descrição, por exemplo da proveniência, isto no primeiro caso e no segundo, admitindo-se a estrutura, mesmo que não eivada de "fé".

A verdade é que, "o surgimento dos sistemas de gestão de bases de dados, dos , das redes e o desaparecimento do suporte papel em alguns documentos de decisão levam os teóricos a considerar o valor probatório antes que o valor informativo ao avaliar os documentos informáticos. Ao converter-se o princípio da procedência como a referência do valor probatório dos documentos informáticos, o desafio aos arquivistas, consistirá, na sucessão, em captar a informação contextual essencial, mesmo quando a complexidade crescente dos sistemas de informação faça que seja mais problemático o apreender esta informação" (Nougaret, 1996).

O que vai nos livrar da dissolução dos princípios arquivísticos na produção e na organização dos documentos, livrando, portanto a sociedade dos enormes prejuízos tanto para o processo decisório como para a pesquisa histórica - serão, sobretudo, a colaboração dos arquivistas nos processos de elaboração dos softwares para que não se percam os vínculos da informação ao princípio da proveniência e igualmente a padronização internacional de procedimentos.

Na chamada idade da informação, diante das novas tecnologias, a palavra de ordem é a padronização, a normalização (ou normatização). Tornou-se essencial que os arquivistas se interessem por ela para que a natureza e integridade de seu trabalho não se percam (Cox, 1994). realmente vem-se acelerando esforços do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) neste sentido haja à vista já a publicação das normas de descrição, a chamada ISAD(G). Possivelmente os próximos passos serão em torno dos instrumentos de avaliação e destinação

Charles Dollar, em seu já antológico Relatório Geral do Congresso de Montreal (1992) enfatiza as mudanças motivadas pelas tecnologias da informação pelas quais passa a arquivística, trazendo à luz alguns caminhos a serem trilhados pelos arquivistas neste final de milênio. As principais transformações foram sintetizadas em:

1. Apresentação física do documento passando do papel para suportes eletrônicos.

2. Abrandamento das fronteiras entre disciplinas e profissões principalmente nas ciências da informação.

3. Emergência dos sistemas informacionais interativos. Entretanto, a natureza dos documentos de arquivo e os princípios arquivísticos permanecem, não podendo se perder a noção de que o domínio da arquivística é o documento gerado em um contexto específico de criação e não a informação tout court.

Reitere-se que o princípio da proveniência é que será a base para assegurar a fidedignidade e a validade dos documentos eletrônicos.

A concepção anterior de que os dados contidos nos documentos de arquivo, pelo menos em sua primeira idade, não deveriam ser disseminados agora, se participes de sistemas, de bancos de dados podem acabar por perder a sua identidade. Ora, isto não pode acontecer. O documento arquivístico não pode se perder em um mar de informações no qual prevalece, mais que tudo, o conteúdo, o "assunto" desvinculado das competências, ações e operações de determinado órgão gerador. Neste caso, poderá



ser campo das ciências da informação estritamente consideradas e não da arquivística. Isto porque esta necessita do significado impresso nas relações contextuais que os documentos refletem; a arquivística arma as suas ferramentas para apreender e revelar estas relações.

A modernização dos arquivos históricos reside, mais do que no emprego das tecnologias (o que naturalmente não lhes deixa de ser benéfico) em realmente conhecer os documentos que custodiaram isto é, reiteramos, acompanhando todo o seu ciclo vital. Usar a tecnologia, sim, mas garantindo a integridade da herança documentária (Dollar, 1992).

Em seu Relatório, Dollar pergunta-se quais devem ser as políticas dos órgãos dirigentes no sentido das novas tecnologias, sugerindo: 1. que se identifique as necessidades da comunidade arquivística quanto à criação, processamento, preservação de documentos eletrônicos e de acesso a eles; 2. que se dissemine na comunidade arquivística os novos instrumentos eletrônicos, sua aplicação na gestão de documentos e nos procedimentos no arquivo permanente; os progressos já conseguidos no desenvolvimento de legislação apropriada e regulamentações de várias instâncias; 3. que se estimule os diretores de arquivos e órgãos conexos a desenvolver políticas arquivísticas e legislação que assegure a intervenção da teoria e metodologia de arquivos na formatação de sistemas informacionais e seu desenvolvimento; 4. que se desenvolvam estratégias de tecnologia informacionais para a gestão de documentos e para a organização e manejo de fontes (isto, no caso dos arquivos permanentes) que possam unir o uso de tais tecnologias aos esforços nacionais de modernização; 5. que se ajude a estas autoridades a constituírem uma infra-estrutura local para apoiar e expandir estes esforços.

Estas devem ser, realmente, as nossas reivindicações junto aos conselhos e associações de classe, tanto quanto às instituições arquivísticas. Sem uma política, isto é, aquele conjunto de estratégias levadas a cabo por instituições que tem autonomia e poder para isso, serão isolados e perigosamente diferenciados os meios e as formas com que nossos arquivos públicos vão fazer uso da tecnologia informacional.

Debates, treinamento, cursos, workshops, seminários visando esclarecer, discutir e usar a informática em arquivos devem ser incentivados para que se chegue à desejada padronização e entendimento em benefício de todos, isto é, arquivistas e usuários dos arquivos.

Todas essas minhas reflexões baseadas em experiências e observações no país, tanto quanto nos mais recentes textos dos teóricos da arquivística no âmbito internacional - essas reflexões, repito são aqui representadas, mais que tudo, como pontos de discussão, troca de opiniões e de experiências vividas. Julgo salutar, pois, que se desenvolva um debate - até de caráter permanente - ultrapassando no tempo e no espaço os limites deste Encontro, para que muitas das instituições arquivísticas nacionais possam participar.

Há relativamente pouco tempo ainda se ouvia dizer no Brasil, por responsáveis por arquivos em vários níveis e instâncias, que sua preocupação com a informática era mínima, pois as prioridades de suas instituições eram relativamente às atividades fins e também aos recursos humanos e financeiros e não à introdução da informática. Passados muito poucos anos tal assertiva já não se sustenta; mesmo porque, muitos já se deram conta que é mais fácil conseguir um micro do que um funcionário mesmo auxiliar ou obter uma estante ou um armário-arquivo... Além do mais, é fora das nossas instâncias arquivísticas (portanto, fora da nossa indigência) que estão sendo gerados documentos em meios eletrônicos - e... cabe a nós gestioná-los e torná-los acessíveis à pesquisa.

Como palavra final, relativamente ao tema que me foi especialmente solicitado, devo dizer concretamente, como vêm dizendo muitos teóricos em todo o mundo, que as novas tecnologias não nos ameaçam, nem nos agridem nem nos humilham. Elas, sim, servem-nos - e muito.

A informática está definitivamente incorporada aos arquivos, seja na gestão ou na disseminação da informação de documentos tradicionais, seja na organização e descrição de documentos em suportes isolados concretos, seja nos documentos virtuais, integrantes dos bancos de dados e

dos sistemas de comunicações - estes, porém, tratados tão arquivisticamente como os demais.

Eis o ponto crucial. A tecnologia não causará danos à informação arquivística se os arquivistas tiverem plena consciência e conhecimento teórico e metodológico suficientes para saber servir-se das vantagens modernizadoras que lhe são oferecidas, podendo assim otimizar o seu trabalho. Ele é que deve identificar, organizar e tornar acessível a informação jurídica e administrativa a quem dela necessita, seja para um uso primário (jurídico e administrativo), seja para um uso secundário (científico e cultural).

"A profissão arquivística no mundo ocidental tem trilhado um caminho desigual desde seu papel como apêndice do sistema administrativo, passando pela cidadania revolucionária e pela erudição medievalista, até o mundo da gestão da informação, comenta Edward Higgs, da Universidade de Oxford. Entretanto, continua, "seria demasiado otimista concluir que os arquivistas assumiram totalmente as implicações das novas tecnologias da informação em seu trabalho. Diante da revolução da informação, a profissão do arquivista necessita enfrentar este desafio, para que a memória coletiva do futuro não se empobreça irremediavelmente" (Higgs, 1996).

### **Referências Bibliográficas:**

- MASON, Richard O. (Estados Unidos) - What is an Information Professional? *Journal of Education for Library and Information Science*, 31 (2): 122-138, Fall 1990.
- CSÉVE, Magdalena & ZOLTÁ, Bódi (Hungria) - El archivero de suportes especiales. Trad. española Montreal, XII Congresso Internacional de Montreal, 1992 (texto mimeogr.).
- COUTURE, Carol & ROUSSEAU, Jean-Yves (Canadá) - The new reality and outlook for development of archival sciences issues in teaching in our discipline. *Janus*, Paris, International Council of Archives, 1995.2:68-75.

- DURANTI, Luciana (Canadá) - Defining electronic memory: the essential steps in its preservation. c.1994(datilogr.).
- GRACY II, David (Estados Unidos) - Hurling toward our Jupiter? Archival education in the information age. *Janus*, Paris, International Council of Archives, 1995.2: 61-67.
- THOMASSEN, Theo (Holanda) - Introduction to the Hague Conference on professional training. *Janus*, Paris, International Council of Archives, 1995.2: 56.
- SWIFT, Michael (Inglaterra) - Administración y recursos técnicos. Trad española. Bonn, X Congreso Internacional de Archivos, 1984 (texto mimeogr.).
- ROMERO TALLAFIGO, Manuel. (Espanha) - Archivística y archivos: soportes, edificios y organización. Carmona, Asociación de Archiveros de Andalucía, 1994.
- CARUCCI, Paola (Itália) - Genesis del documento: redacción, clasificación y valor jurídico. In: Documento y archivo de gestión. Diplomática de ahora mismo. Carmona, Universidad Internacional Menéndez Pelayo, 1994.
- NOUGARET, Christine (França) - El impacto de las tecnologías de la información en los archivos y el trabajo del archivero. Trad. española. Beijing. XIII Congreso Internacional de Archivos, 1996 (texto mimeogr.).
- COX, Richard (Estados Unidos) - Standardizing archival practices: a tool for the information age. *Proceedings of the 12th International Congress on Archives*, Montreal, set ARCHIVUM, n.39 London, 1994.
- DOLLAR, Charles (Estados Unidos) - General Report. *Proceedings of the 12th International Congress on Archives*. Montreal, set. 1992. ARCHIVUM, n.39. London, 1994.

Edward (Inglaterra) - De la erudición medieval e la gestion de la información: la evolución de la profesión archivística. Trad. española. Beijing, XIII Congreso Internacional de Archivos, 1996 (texto mimeogr.).